



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

2º Trimestre/2022

Porto Alegre, 2022

DCONIFRS

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabício Sobrosa Affeldt

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Milena Ivanoska da Rosa Sória

COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Luísa Gil Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Luiz Antônio Hining

EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I – Demonstrações Contábeis;

II – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

2º Trimestre

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	102.050,33	76.520,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.476,52	36.645,38
Créditos a Curto Prazo	9.676,20	0,00
Estoques	33.543,06	37.649,86
VPDs Pagas Antecipadamente	12.355,55	2.224,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.379.893,82	46.073.426,46
Imobilizado	46.360.677,22	46.054.209,86
Bens Móveis	6.309.874,97	6.461.910,26
Bens Móveis	8.776.420,73	8.680.353,71
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.466.545,76	-2.218.443,45
Bens Imóveis	39.750.106,88	39.592.299,60
Bens Imóveis	40.203.277,66	40.015.599,07
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-152.475,41	-423.299,47
Intangível	19.216,60	19.216,60
Softwares	19.216,60	19.216,60
Softwares	98.639,59	98.639,59
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-79.422,99	-79.422,99
TOTAL DO ATIVO	46.181.248,78	46.149.946,66

Fonte: Siafi

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	100.444,76	76.974,86
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	60.766,47	67.646,81
Demais Obrigações a Curto Prazo	39.678,29	9.328,05
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	100.444,76	76.974,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021

Resultados Acumulados	46.080.804,02	46.072.971,80
Resultado do Exercício	5.280,81	412.490,14
Resultados de Exercícios Anteriores	46.072.971,80	45.674.147,21
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.551,41	-13.665,55
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46080.804,02	46.072.971,80
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.181.248,78	46.149.946,66

Fonte: Siafi

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução do segundo trimestre de 2022 em relação ao segundo trimestre de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.103.507,94	2.416.790,96
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.100,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.100,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	365,00	49,00
Juros e Encargos de Mora	365,00	49,00
Transferências e Delegações Recebidas	2.095.458,45	2.356.704,80
Transferências Intragovernamentais	2.072.445,98	2.356.704,80
Outras Transferências e Delegações Recebidas	23.012,47	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.584,49	60.037,16
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.584,49	60.037,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.098.227,13	2.431.178,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.640.672,94	1.729.306,66
Uso de Material de Consumo	69.251,20	174.426,95
Serviços	1.296.481,67	1.284.489,54
Depreciação, Amortização e Exaustão	274.940,07	270.390,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	222,50	379,05

Juros e Encargos de Mora	222,50	379,05
Transferências e Delegações Concedidas	3.290,29	58.147,16
Transferências Intragovernamentais	150,00	58.147,16
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.140,29	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	9.362,64	-
Perdas Involuntárias	9.286,64	-
Incorporação de Passivos	76,00	-
Tributárias	30.644,04	27.622,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.437,77	27.474,83
Contribuições	206,27	147,24
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	414.034,72	615.723,38
Incentivos	412.517,00	615.489,59
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.517,72	233,79
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.280,81	-14.387,36

Fonte: Siafi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

2º Trimestre

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
DEFICIT			3.322.779,21	3.322.779,21
TOTAL	-	-	3.322.779,21	3.322.779,21

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	3.322.779,21	1.444.333,95	1.365.911,20	-3.322.779,21
Outras Despesas Correntes	-	-	3.322.779,21	1.444.333,95	1.365.911,20	-3.322.779,21
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	3.322.779,21	1.444.333,95	1.365.911,20	-3.322.779,21
TOTAL	-	-	3.322.779,21	1.444.333,95	1.365.911,20	-3.322.779,21

Fonte: Siafi

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	156.194,54	410.593,15	382.076,17	367.259,13	116.842,22	82.686,34
Outras Despesas Correntes	156.194,54	410.593,15	382.076,17	367.259,13	116.842,22	82.686,34
DESPESAS DE CAPITAL	572.126,85	239.241,60	267.575,11	267.575,11	405.366,91	138.426,43
Investimentos	572.126,85	239.241,60	267.575,11	267.575,11	405.366,91	138.426,43
TOTAL	728.321,39	649.834,75	649.834,75	634.834,24	522.209,13	221.112,77

Fonte: Siafi

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	30.919,26	30.919,26	-	-
Outras Despesas Correntes	-	30.919,26	30.919,26	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	43.436,00	43.436,00	-	-
Insvestimentos	-	43.436,00	43.436,00	-	-
TOTAL	-	74.355,26	74.355,26	-	-

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

2º Trimestre

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.072.445,98	2.356.704,80
Resultantes da Execução Orçamentária	1.444.762,04	1.093.645,08
Sub-repasse Recebido	1.444.762,04	1.093.645,08
Independentes da Execução Orçamentária	627.683,94	1.263.059,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	567.814,66	1.109.597,77
Movimentação de Saldos Patrimoniais	59.869,28	153.461,95
Recebimentos Extraorçamentários	1.969.502,87	1.238.612,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	78.422,75	311.225,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.878.445,26	866.838,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	461,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.634,86	60.086,16
Ordens bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.585,37	
Arrecadação de Outra Unidade	8.049,49	60.086,16
Saldo do Exercício Anterior	36.645,38	36.975,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.645,38	36.975,97
TOTAL	4.078.594,23	3.632.292,92

Fonte: Siafi

DISPENDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Despesas Orçamentárias	3.322.779,21	2.250.241,00
Ordinárias	3.321.103,01	2.216.057,00
Vinculadas	1.676,20	34.184,00
Educação		34.184,00
Dívida Pública	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.676,20	-
Transferências Financeiras Concedidas	150,00	58.147,16
Independentes da Execução Orçamentária	150,00	58.147,16

Movimento de Saldos Patrimoniais	150,00	58.147,16
Pagamentos Extraorçamentários	709.189,50	1.288.088,15
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	74.355,26	157.914,06
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	634.834,24	1.127.548,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	2.625,48
Saldo para o Exercício Seguinte	46.475,52	35.816,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.475,52	35.816,61
TOTAL	4.078.594,23	3.632.292,92

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

2º Trimestre

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	320.841,25	460.588,29
INGRESSOS	2.080.495,47	2.417.252,84
Outros Ingressos Operacionais	2.080.495,47	2.417.252,84
Ingressos Extraorçamentários	-	461,88
Transferências Financeiras Recebidas	2.072.445,98	2.356.704,80
Arrecadação de Outra Unidade	8.049,49	60.086,16
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.759.654,22	-1.956.664,55
Pessoal e Demais Despesas	-1.759.418,15	-1.894.370,46
Educação	-1.764.003,52	-1.894.370,46
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	4.585,37	-
Transferências Concedidas	-86,07	-1.521,45
Intragovernamentais	-86,07	-1.521,45
Outros Desembolsos Operacionais	-150,00	-60.772,64
Dispêndios Extraorçamentários	-	-2.625,48
Transferências Financeiras Concedidas	-150,00	-58.147,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-311.011,11	-461.747,65
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-311.011,11	-461.747,65
Aquisição de Ativo Não Circulante	-311.011,11	-461.747,65

Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.830,14	-1.159,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	36.645,38	36.975,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	46.475,52	35.816,61

Fonte: Siafi

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o encerramento do trimestre, relatório final de inventário dos bens móveis, imóveis ou intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público a R\$ 48,7 milhões, distribuído entre softwares (R\$ 98 mil); bens móveis (R\$ 8,7 milhões) e; bens imóveis (R\$ 40 milhões). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis;

(b) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual Siafi). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro de 2021 e o segundo trimestre de 2022 que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o fechamento do trimestre, como por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653); RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o Siafi (restrição 642 e 643, respectivamente).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Bens Móveis e Imóveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado. Não há registro de laudo de inventário que viabilize a conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens.

O saldo, em 30/06/2022, de bens não localizados, é de R\$ 1.868.270,53.

A divergência total do saldo de bens móveis no SIAFI e o saldo de bens móveis no controle patrimonial, em 30/06/2022 é de R\$ 454.572,46. A conta de depreciação acumulada também apresenta diferenças entre o SIAFI e o Relatório de Bens Móveis, totalizando o montante de R\$ 4.091.143,28.

(b) Atos potenciais.

Até a data de encerramento do segundo trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 30/06/2022, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 5,4 milhões.

(c) Ativo intangível;

Até o término do segundo trimestre de 2022, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis e amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Em 30/06/2022, o saldo em ativos intangíveis é de R\$ 98.639,59.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanço Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanço Orçamentário (BO);**
- **Balanço Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n2 - x2) / n2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 30/06/2022, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro” com 94,36% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 30 de junho de 2021:

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	2.619,60	7.119,60	(63,21)	5,64
Recursos Liberados pelo Tesouro	43.855,92	28.697,01	52,82	94,36
Total	46.475,52	35.816,61		100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques reduziram 44,40% conforme demonstrado abaixo. A redução se justifica em razão do inventário realizado no Almoxarifado ao final do exercício de 2021.

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Almoxarifado	33.543,06	60.324,54	-44,40	100,00
Total	33.543,06	60.324,54	-44,40	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 30/06/2022 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 8,7 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 2,5 milhões (28,83% do total), seguido de Bens não localizados, no valor de R\$ 1,8 milhões (21,29% do total) Mobiliário em geral, no valor de R\$ 982 mil (11,20%).

	30/06//2022	30/06/2021	AH%	AV%
Aparelhos de medição e orientação	224.597,19	224.597,19	-	2,56
Aparelhos e equipamentos de comunicação	20.728,86	20.832,66	-0,50	0,24
Equipamentos médicos, odonto, lab. e hosp.	944.273,70	944.273,70	-	10,76
Aparelhos e equipamentos p/ esportes	41.996,78	41.996,78	-	0,48
Equipamento de prot., segurança e socorro	23.665,13	23.939,76	- 1,15	0,27
Máquinas e equipamentos industriais	90.266,34	90.266,34	-	1,03
Máquinas e equipamentos energéticos	38.536,68	38.248,68	0,75	0,44
Máquinas e equipamentos gráficos	3.044,00	3.044,00	-	0,03
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	71.731,15	71.731,15	-	0,82
Equipamentos hidráulicos e elétricos	492,80	492,80	-	0,01

Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	82.674,64	82.560,64	0,14	0,94
Equip. da Tecnologia da Informação/TIC	2.530.051,46	2.430.462,88	4,10	28,83
Aparelhos e utensílios domésticos	803.630,28	804.102,58	- 0,06	9,16
Máquinas e utensílios de escritório	8.455,79	8.455,79	-	0,10
Mobiliário em geral	982.636,77	958.970,54	2,47	11,20
Coleções e materiais bibliográficos	217.595,06	215.331,65	1,05	2,48
Discotecas e filmotecas	180,40	180,40	-	0,00
Instrumentos musicais e artísticos	34.183,32	21.480,52	59,14	0,39
Equipamentos para áudio, vídeo e fotos	390.956,90	378.465,55	3,30	4,45
Veículos em geral	64,67	64,67	-	0,00
Veículos de tração mecânica	397.643,07	397.643,07	-	4,53
Bens não localizados	1.868.270,53	1.881.684,38	-0,71	21,29
Peças não incorporáveis a imóveis	745,21	313,61	137,62	0,01
Total	8.776.420,73	8.639.139,34	2,38	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Devido à divergência de saldos do Relatório de Movimentação de Bens em comparação ao SIAFI, as contas de depreciação acumulada dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes. O total de depreciação acumulada é R\$ 2,4 milhões.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 40 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir, e com depreciação acumulada de R\$ 152 mil.

Tabela 4 – Bens Imóveis.

	R\$			
	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Imóveis de Uso Educacional	39.592.018,30	38.484.367,03	2,88	98,85
Bens Imóveis em Andamento	591.409,36	1.132.986,32	-47,80	1,48
Estudos e Projetos	19.850,00	15.880,00	25,00	0,05
(-) Depreciação de Bens Imóveis	(152.475,41)	(394.012,00)	-61,30	-0,38
Total	40.050.802,25	39.239.221,35	2,07	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Os Bens Imóveis em Andamento se referem à reforma da cobertura da Torre Norte, do Campus Porto Alegre. O valor acima que consta na conta de Estudos e Projetos é referente à despesa de com a contratação de empresa especializada na elaboração de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de escadas de saída de emergência para o Campus.

A depreciação acumulada dos bens imóveis teve uma redução de 61,30% no período analisado, considerando a conciliação, entre SIAFI e Spiunet realizada em 30/06/2022 pela Coordenação Geral de Contabilidade, conforme comunica 2022/0707140, emitido em 14/07/2022, via SIAFI Web.

Nota 4 – Intangível

Tabela 5 – Intangíveis - Composição

	R\$			
	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Software com vida útil definida	79.422,99	79.422,99	0,00	413,30
(-) Amortização Acumulada	-79.422,99	-79.422,99	0,00	-413,30
Software com vida útil indefinida	19.216,60	18.917,60	1,58	100,00
Total	19.216,60	18.917,60		100,00

Fonte: SIAFI 2022,2021

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil definida e indefinida conforme demonstrado acima. Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/06/2022, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 100.444,76 (cem mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

Tabela 6 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

R\$

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	60.766,47	67.646,81	-10,27	60,50
Demais Obrigações	39.678,29	9.328,05	325,37	39,50
Total	100.444,76	76.974,86	30,49	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

A maior parte as obrigações do Campus se referem a Fornecedores e Contas a Pagar (60,50%).

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

As obrigações a curto prazo referentes a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, representam 60,50% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listados os fornecedores em 30/06/2022. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à vigilância, totalizando o valor de 51,18% do total a ser pago.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$

	30/06/2022	AV%
Portal Sul Empresa de Vigilância	31.101,91	51,18
Porto Alegre Departamento de Água e Esgoto	15.558,35	25,60
BRS SP Suprimentos Corporativos LTDA.	11.440,21	18,83
Francisco Pereira Neto	2.666,00	4,39
Total	60.766,47	100,00

Fonte: SIAFI, 2022

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Demais Obrigações – Composição.

R\$

	30/06/2022	AV%
Consignações	29.320,42	73,90
Depósitos não judiciais	2.619,60	6,60
Demais Obrigações a curto prazo	7.738,27	19,50
Total	39.678,29	100,00

Fonte: SIAFI, 2022

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos, ISS e os depósitos retidos de fornecedores.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Nesse grupo se encontra Incentivos a Educação, Cultura; diárias a pagar e cartão de pagamentos do Governo Federal.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 5.280,81 (cinco mil duzentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

	30/06/2022	30/06/2021	R\$
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.103.507,94	2.416.790,96	- 12,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.098.227,13	2.431.178,32	- 13,70
Total	5.280,81	-14.387,36	-136,70

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Observa-se no resultado Patrimonial do Período um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de - 136,70 pontos percentuais. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Redução das transferências e delegações recebidas, no montante de R\$ 261.246,35 (-11,09%);
- II. Redução de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 57.452,67 (-95,70%);
- III. Redução de Transferências e delegações Concedidas, no valor de em R\$ 54.856,87 (-94,34%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas	2.103.507,94	2.416.790,96	-12,96	100,00
Exploração e Venda de Bens , Serv. e Direitos	5.100,00	-	-	0,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	365,00	49,00	644,90	0,02
Transferências e Delegações Recebidas	2.095.458,45	2.356.704,80	-11,09	99,62
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	-	-	-	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.584,49	60.037,16	-95,70	0,12
Variações Patrimoniais Diminutivas	2.098.227,13	2.431.178,32	-13,70	100,00
Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo	1.640.672,94	1.729.306,66	-5,13	78,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	222,50	379,05	-41,30	0,01

Transferências e Delegações Concedidas	3.290,29	58.147,16	-94,34	0,16
Desvalorização e Perda de Ativos e Inc. Passivos	9.362,64	-	10,86	0,45
Tributárias	30.644,04	27.622,07	10,94	1,46
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	414.034,72	615.723,38	-32,76	19,73
Resultado Patrimonial	5.280,81	-14.387,36	-136,70	

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a redução das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 261.246,35 pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com redução referente à -11,09% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. R\$

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Uso de Material de Consumo	69.251,20	174.426,95	-60,30	3,30
Serviços	1.296.481,67	1.284.489,54	0,93	61,79
Depreciação	274.940,07	270.390,17	1,68	13,10
Total	1.640.672,94	1.729.306,66		100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Destaca-se a redução de -60,30% no registro acumulado de uso de material de consumo, um aumento de 0,93% no registro de Serviços e o aumento de 1,68% no registro de depreciação, amortização e exaustão em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Serviços

Tabela 12 – VPD Serviços R\$

	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Diárias	584,36	-	-	0,05
Serviços Técnicos Profissionais	-	-	-	0,00
Serv. Apoio Adm., téc. e operacional	942.729,77	1.034.555,03	-8,88	72,71
Serv. de comunicação	18.967,51	19.062,01	-0,50	1,46
Serv. Transp., passagens e Locom.	3.635,39	4.700,00	-22,65	0,28
Serv. administrativos	314,99	47,67	560,70	0,02
Serv. água e esgoto, energia elétrica.	220.871,12	167.968,88	31,50	17,04
Loc. e Arrendamento mercantil	22.408,81	13.909,02	61,11	1,73
Serv. Educacionais e Culturais	-	-	-	0,00
Seguros em Geral	-	9,79	-100,00	0,00
Serv. Terceiros PJ Intra OF	-	1.142,40	-100,00	0,00
Serv. Terceiros PJ Inter OF	86.969,72	43.094,74	101,81	6,71
Total	1.296.481,67	1.284.489,54	0,93	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

O principal gasto com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional realizado refere-se à serviços de vigilância, limpeza e Conservação, manutenção predial e serviços de intérprete de LIBRAS equivalentes a 72,71% do montante total em serviços empregados no mesmo período referente ao exercício de 2021.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 2º trimestre de 2022 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 3.479.315,66 (três milhões quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 3.322.779,21 (três milhões trezentos e vinte e dois mil setecentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos), o que representa 95,50% das descentralizações recebidas.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 728.809,12 (setecentos e vinte e oito mil oitocentos e nove reais e doze centavos). Observa-se um aumento de 16,81% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

Tabela 13 – Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Despesas Correntes	3.322.779,21	2.250.241,00	-47,66	100,00
Despesas de Capital	-	-	0,00	0,00
Total	3.322.779,21	2.250.241,00	-47,66	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 2.329.855,88 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), que se referem a 70,12% das despesas correntes empenhadas), das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 566.956,48 (quinhentos e sessenta e seis mil novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), correspondendo a 17,06% das despesas correntes e R\$ 243.166,13 (duzentos e quarenta e três mil cento e sessenta e seis reais e treze centavos) referente à contratação dos serviços de intérprete de LIBRAS, correspondendo a 7,32% do valor empenhado no segundo trimestre.

O percentual de liquidação dos empenhos até o segundo trimestre de 2022 foi de 43,47%

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 62,97% nos empenhos referentes a Outros Serv. Terceiros PJ e uma redução de 15,44% nos empenhos que correspondem a Auxílio Financeiro a

Estudantes. A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição

	R\$			
	30/06/2022	30/06/2021	AH%	AV%
Diárias – Pessoal Civil	584,36	-	-	0,02
Auxílio Financeiro a Estudantes	566.956,48	670.456,39	-15,44	17,06
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	62.441,00	37.425,98	66,84	1,88
Material de Consumo.	9.752,20	-	-	0,29
Material, bem ou serv. p/ Distr. Gratuita	-	34.184,00	-100,00	-
Passagens e Despesas c/ locomoção	7.000,00	-	-	0,21
Outras Desp. Pessoal Dec. Contr. Terc.	243.166,13	-	-	7,32
Outros Serv. Terceiros PJ	2.329.855,88	1.429.652,20	62,67	70,12
Serviços de TI e Comunicação - PJ	70.139,32	48.992,36	43,16	2,11
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.797,77	27.774,83	10,88	0,93
Indenizações e Restituições	2.000,00	233,79	755,47	0,06
Outros Serv. Terceiros PJ (INTRA).	86,07	-	-	0,00
Obrigações Trib. e Contrib.-OP. Intra	-	379,05	-100,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores Intra	-	1.142,40	-100,00	-
Total	3.322.779,21	2.250.241,00	47,66	100,00

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Não houveram despesas de capital empenhadas no período referente ao 2º Trimestre nos anos de 2022 e 2021.

Nota 7 – Restos a Pagar

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2021 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2021.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2021, perfazendo um total de R\$ 649.834,75 (seiscentos e quarenta e nove mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Observa-se que 47,14% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 97,72% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 15 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2021	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes	156.194,54	410.593,15	382.076,17	367.259,13	116.842,22	82.686,34
Desp de Capital	572.126,85	239.241,60	267.575,11	267.575,11	405.366,91	138.426,43
Total	728.321,39	649.834,75	649.651,28	634.834,24	522.209,13	221.112,77

Fonte: SIAFI 2022

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2021, num montante de R\$ 74.355,26(setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e cinco e vinte e seis centavos), destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.

Grupo da Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	30.919,26	30.919,26	-	-
Despesas de Capital	43.436,00	43.436,00	-	-
Total	74.355,26	74.355,26		-

Fonte: SIAFI 2022

Ademir Gautério Troina Júnior
ContadorCRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre